

**“COVID-19 – SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA – DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO.
SITUAÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS MOÇAMBICANAS.”**

Crescêncio L. F. Cuamba

Gerson T. Nhapalela¹

Genésio Luís Mabota

Nelson Ernesto Nhachengo²

Mário Pascoal Nhanombe

Titos Alberto Guambe³

Edgar Manuel R. Lamas

Magali F. Veríssimo⁴

Estela Pinto Ribeiro Lamas⁵

Universidade Metodista Unida de Moçambique (UMUM)

Resumo: A temática em destaque é abordada por três pares de estudantes do Curso de Mestrado em Pedagogia e Didáctica (MPD), concentrando-se nas preocupações que, nos últimos tempos, agitam o ambiente escolar. O primeiro objectiva trazer a relação entre a saúde pública e a saúde escolar, no âmbito da pandemia de Covid-19, como elemento necessário para o garante do bom ambiente de aprendizagem e do sucesso pedagógico, realçando que a intenção da educação em criar condições de saúde escolar é firmar a necessidade de que os alunos devem construir conhecimentos sobre a mesma. O segundo, partindo da ideia de que a crise imposta pela pandemia constitui uma ameaça global, sustentado numa pesquisa bibliográfica, apresenta as principais medidas tomadas pelas escolas, de modo a conter a propagação da pandemia, bem como a racionalidade das estratégias adoptadas, para

¹Universidade Metodista Unida de Moçambique (UMUM), *Campus* de Cambine, Morrumbene, Moçambique

Estudantes do Mestrado em Pedagogia e Didáctica

²Estudantes do Mestrado em Pedagogia e Didáctica

³Estudantes do Mestrado em Pedagogia e Didáctica

⁴Professores do Mestrado em Pedagogia e Didáctica

⁵Coordenadora do Mestrado em Pedagogia e Didáctica

a continuidade das aulas durante o fecho e após a retoma presencial. O terceiro par reflecte sobre o efeito da situação vivenciada actualmente, no ensino formal em Moçambique, almejando uma educação escolar imbuída de novos rumos, tendo por base uma reflexão sobre certas mudanças actuais, decorrentes do quadro global complexo. Considerando que a sustentabilidade para o plano de retoma das aulas presenciais exige a melhoria das condições de higiene nas escolas e de outras medidas de segurança comunitária, a essência do sentimento social é posta em destaque. Face aos contributos dos estudantes, dois professores do MPD centram-se nos desafios lançados pela pandemia Covid-19 à Educação, nomeadamente, no que concerne a ambientes de aprendizagem que possam dar respostas às dificuldades encontradas e à importância da mediação a ser mantida pelos professores, no novo enfoque com que o processo ensino-aprendizagem se depara.

Palavras-chave: Saúde/escola; Políticas públicas; Saúde pública; Saúde escolar; Plano de mudança; Ambientes de aprendizagem; Mediação.

Abstract: The highlighted theme is approached by three pairs of students of the Master Course in Pedagogy and Didactics (MPD) focusing on the concerns that recently have agitated the school environment. The first pair of students aims to bring the relationship between public health and school health within the scope of Covid-19 as a necessary element to ensure a good learning environment for pedagogical success emphasizing that the intention of school health education is to establish conditions for students to build knowledge about it and so keep on in the learning process. The second pair based on the idea that the crisis imposed by the pandemic constitutes a global threat, supported by bibliographic research, presents the main measures taken by schools in order to stop the spread of the pandemic as well as to understand and accept the rationality of the adopted strategies for the continuity of the learning process during the class suspension time and after the face-to-face resumption. The third pair reflects on the effect of the situation currently experienced in formal education in Mozambique aiming at school education centered on new directions based on a reflection on certain current changes resulting from the complex global situation. Considering that sustainability for the plan to return to face-to-face classes requires the improvement of hygiene conditions in schools and other community safety measures, the essence of social sentiment is highlighted. In view of the MPD students' contributions, two teachers focus on the challenges launched by Covid-19 to Education, namely in regard to the learning environments and the importance of mediation to be maintained by teachers in the new focus with which the teaching-learning process must be engaged.

Keywords: Health / school; Public policy; Public health; School health; Changing plan; Learning environments; Teacher mediation.

Introdução

Estela P. R. Lamas

A situação, com a qual o mundo se vem confrontando, com a pandemia Covid-19, face às conturbações em permanente emergência, coloca muitos desafios à escola. Os trabalhos aqui apresentados, centrados no contexto moçambicano, revestem-se de um sentido amplo. Em causa está a preocupação de fazer face às situações que afectam a saúde, a implicação em criar vias para encontrar respostas inovadoras que possibilitem solucionar os problemas que afetam o ambiente escolar, em termos de segurança da saúde, mas também que possam potenciar a colaboração entre todos os intervenientes no mundo da educação, assegurando que os alunos continuem o seu percurso escolar e o seu desenvolvimento. Isto é, os trabalhos apresentados evidenciam a necessidade do trabalho conjunto da Política da Saúde e da Política Educacional, assim como da Escola e das comunidades familiares e sociais. O questionamento coloca-se sobre vários enfoques:

- O papel da escola relativamente às condições de saúde a serem mantidas.
- A tomada de consciência por parte dos intervenientes na escola, nomeadamente os alunos, sobre os conhecimentos necessários a ter sobre a saúde e as precauções a tomar.
- As condições para a promoção do ensino a distância face à dificuldade de acesso de muitas famílias aos recursos necessários para a educação a distância.
- A relação escola / contexto social para reforço das condições que propiciem manter os alunos envolvidos nas aprendizagens.
- As medidas a tomar na retoma das aulas, quer em termos de saúde, quer em termos de estratégias envolventes e motivadoras.

Do questionamento, que leva à apresentação de casos que os estudantes de MPD, sustentados nos conteúdos abordados nos seminários, que estavam a trabalhar, estes analisaram objectivamente as situações, recorrendo a autores que os ajudaram a compreendê-las e a procurar soluções possíveis para resolver os problemas identificados. Essas análises e a compreensão a que conduziram, suscitam a abertura de vias que levem a pensar num novo profissionalismo a assumir por parte dos professores, fixado na importância a dar ao aluno como actor principal das suas aprendizagens. Daí que surjam, por parte de dois professores, que acompanham os estudantes nesta caminhada académica, em que estão envolvidos, reflexões sobre os desafios lançados à Educação, quer no que a ambientes de aprendizagem apropriados às situações vivenciadas exigem, quer numa nova forma de encarar o processo ensino-aprendizagem, levando a que o aluno esteja no centro e que o professor, conhecendo

o seu perfil e os seus contextos, se assuma como mediador entre o sujeito aprendiz e o conhecimento a construir.

Das situações reais, das pesquisas realizadas, dos questionamentos, das reflexões, emerge a dialéctica prática/teoria que conduz a considerações finais sobre um trabalho que envolve um conjunto de profissionais da educação, um envolvimento em que a colaboração está presente e traz contributos à construção do profissionalismo desejável, bem como a prospeção de um processo educativo que responda à realidade com que nos confrontamos, contributos que possam ser alicerces para uma escola que contemple a inclusão, os recursos digitais indispensáveis e a sustentabilidade do ser humano.

Saúde pública e Educação – que relação?

Crescêncio Luciano Francisco Cuamba

Gerson Tomás Nhapalela

Reconhecendo os problemas da saúde pública e escolar aliados ao problema mundial, trazido pela nova pandemia Covid-19, temos por objectivo trazer as tarefas fundamentais desenvolvidas no sector da educação para a criação de estratégias, visando garantir condições para que as crianças sejam capazes de aprender melhor. Assim, a incorporação de temas transversais, abordados de forma interdisciplinar, a promoção de palestras, a produção de cartazes e dísticos dentro e fora da sala de aulas são algumas das estratégias que consideramos poderem ajudar os alunos a aprender rapidamente sobre as precauções a ter com as doenças. Cabe à escola o papel fundamental de implementar e divulgar conhecimentos que promovam a saúde pública dos alunos e que os ajude a ter uma vida saudável e ao mesmo tempo que transmitam o saber científico. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001), estas estratégias estão assentes na Declaração de DAKAR do ano 2000 onde a Organização Mundial da Saúde, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Banco Mundial organizaram uma sessão conjunta com o objectivo de aumentar a consciência sobre a importância da implementação de programas eficazes de saúde e higiene nas escolas por forma a alcançar uma educação igual para todos. Para nortear o trabalho, que nos propomos realizar, cingimo-nos à consulta bibliográfica. Desenvolvemos uma reflexão sobre educação para a saúde, que nos permite chegar a inferências que conduzem a considerações finais. Esperamos que a nossa reflexão como professores seja uma resposta aos desafios trazidos pela nova pandemia Covid-19 e contribua significativamente para a melhoria da sua concepção para os alunos, clarificando o porquê da importância da promoção de saúde pública e escolar no dia-a-dia. Por outro lado, contamos que a mesma contribua como guia de orientação para a consciencialização dos

cidadãos nos cuidados a ter com a sua saúde, podendo partir daqui para um estudo mais elaborado no futuro.

Em 1995, a OMS lança o projecto das escolas promotoras de saúde, cujo objectivo é estimular e promover a saúde da comunidade escolar e suas famílias bem como da comunidade circunvizinha em geral, cabendo aos alunos e à população o papel de agentes principais de promoção de saúde. À luz deste texto, torna-se evidente que todas as escolas bem como outros actores sociais devem desempenhar o papel de promoção de saúde, assumindo-o como um ganho a alcançar num âmbito que se alargue, já que os alunos são desafiados a actuar na comunidade circunvizinha, e não apenas em casa, como difusores desta mensagem. Para Vasconcellos (2000, p.29) a saúde pública está inserida:

no campo das políticas públicas de responsabilidade pública e como um direitosocial entendida como uma política social de protecção às pessoas. De acordo com a época e o funcionamento das cidades e dos seus habitantes vai se definindo a organização do trabalho da saúde pública, surgindo da necessidade de compreender a vida comunitária seus costumes, formas de sociabilidade, diversidade dos modos de vida, conformando-se assim nas suas formas de assistência e protecção.

A saúde pública surge, então, como um saber específico, voltado para as relações interpessoais, a vida familiar privada e a ocupação do espaço público nas cidades (*idem, ibidem*). A partir da citação acima, fica clara a pertinência da abordagem da saúde escolar e pública, com enfoque nos cuidados de higiene nas escolas como parte integrante das estratégias fundamentais para se alcançar a educação inclusiva. A Saúde Pública procura transferir para os cidadãos as informações capazes de gerarem consciência do risco de saúde, mas também, a tranquilidade e serenidade.

Apresentamos o quadro conceptual que possibilita a clarificação dos conceitos, convocando diversos autores e instrumentos que se debruçam sobre a saúde pública e escolar. Para Demarzo (2000, p.48),

[a]s políticas de saúde reconhecem o espaço escolar como espaço privilegiado para práticas promotoras da saúde, preventivas e de educação para saúde. Promovem a saúde e a cultura de paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde. A promoção da saúde escolar deve, pela sua potencialidade em evitar agravos e promover a saúde e qualidade de vida, constituir um espaço privilegiado de actuação das equipas de Saúde da comunidade.

A escola é um espaço de grande relevância para a promoção da saúde, principalmente quando exerce papel fundamental na formação do cidadão crítico, estimulando a autonomia, o exercício de direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, com opção por atitudes mais saudáveis. A World Health Organization (2019) traz uma abordagem no âmbito geral da Promoção da Saúde que evidencia um conceito unificado para aqueles que reconhecem a necessidade de mudar os modos e as condições de vida, com vista a promover a saúde. A promoção da saúde representa uma estratégia de mediação entre as pessoas e os seus ambientes, sintetizando a escolha pessoal e a responsabilidade social na saúde para criar um futuro saudável. Neste trabalho da WHO a promoção da saúde pública é referida como uma actividade social destinada a promover e a preservar a saúde da população; vai mais longe ao afirmar ser indiscutível que a agenda da promoção de saúde, contribui igualmente, para elevar o sentido de cidadania e da intervenção dos actores do sector da saúde.

Nérica (1991, p.10) refere-se à educação como sendo “o processo que visa capacitar o indivíduo para agir conscientemente diante de situações novas de vida, com aproveitamento da experiência anterior tendo em conta a integração, a continuidade e o progresso social de acordo com a realidade de cada um, para responder às necessidades individuais e colectivas”. Nesta ordem de ideia, a educação deve garantir que os alunos tenham uma visão crítica e que tenham capacidade de enfrentar individualmente ou colectivamente os problemas aos quais estão sujeitos dentro da sociedade em que estão integrados.

Marques (2001, p.90) define a escola como sendo “a principal instituição para a transmissão e aquisição de conhecimentos e valores, por isso deve ser tida como o bem mais importante de qualquer sociedade”. A escola deve formar cidadãos capazes de exercer, na sociedade, funções promotoras que impliquem a vivência colectiva, em crescimento com os outros, mas fora dos riscos. A educação para a saúde deve ser considerada como um dos valores do processo educativo global, como reconhecimento do direito à saúde como a obrigação do Estado na promoção e protecção da saúde escolar assim como pública.

A promoção da saúde lida com estilos de vida, com as formas de viver constituídas nas sociedades, sendo comum a população perder de vista o que é uma vida saudável. Trabalha com a mobilização da comunidade e busca construir espaços saudáveis. O engajamento comunitário é fundamental em qualquer intervenção de saúde pública, pois as organizações criam uma relação a longo prazo com uma visão colectiva a favor das comunidades com direito de conhecer os riscos para a sua própria saúde e bem-estar, a sua importância é ainda mais significativa em situações de emergência. Por isso, Pereira (2000) afirma que a construção de valores colectivos contribui para a divulgação de conteúdos importantes sobre a promoção da saúde.

Segundo Boehs *et al.*, (2007), as estratégias geralmente utilizadas nas práticas educativas em saúde, ainda são centradas na exposição de conteúdos e informações, apesar dos esforços dos estudiosos e pesquisadores que mostram a importância dos aspectos subjectivos, sociais e ambientais serem assimilados para que a superação desses problemas possa ser alcançada. Partindo destas ideias, podemos perceber a importância na melhoria das condições estratégicas para a disseminação de conteúdos ligados à saúde pública. Nesse sentido, estas estratégias ou métodos para a promoção da saúde pública, sendo utilizados para fins pedagógicos que ajudem na construção do conhecimento e compreensão dos participantes, permitem a eficiência do ensino e da aprendizagem e suas consequências positivas.

Para tal, é importante a planificação de aulas a partir dos temas transversais avançados pela escola (conteúdos de saúde pública), com um rigor na selecção dos materiais didácticos para o alcance dos objectivos preconizados para o impacto do tema. Nesta perspectiva, a educação não se deve limitar apenas em informar, pois ela somente se torna efectiva quando promove mudanças de comportamentos. A comunicação por via de promoção de palestras, produção de cartazes, dípticos dentro e fora da comunidade escolar deve ser feita de forma cuidadosa, escrita clara realçando objectiva para facilitar a difusão e compreensão da mensagem; dessa forma, pode contribuir para que todos os que estão dentro e fora do ambiente escolar adquiram, reforcem ou melhorem hábitos, atitudes e conhecimentos relacionados com higiene e saúde

A educação e a saúde, em conjunto e de forma articulada, visam a promoção de conhecimentos aprofundados, no caso particular em que nos focamos, no que a hábitos higiénicos concerne. Conforme Sousa & Trindade (2004, p.105),

o desenvolvimento e investimento em estilos de vida saudáveis para toda a população escolarizada e não escolarizada, devem promover a igualdade de oportunidades, a cooperação e aprendizagens activas, desde a gestão até à participação coletiva em todos os aspetos da vida da escola.

De acordo com autores citados, percebe-se a importância da escolha pelo estilo de vida saudável, como condição sine-qua-non para a aprendizagem. Estes vincam ainda a participação dos diversos actores educacionais, para se alcançar resultados que permitam às escolas se apresentarem como verdadeiras instituições promotoras de saúde para todos. Para Monlevade (2008, p.21), “a educação deve ser um factor de promoção e protecção à saúde, bem como estimular a criação de estratégias para a conquista dos direitos de cidadania. Sendo assim, a escola deve ajudar a capacitar os indivíduos para uma vida mais saudável”.

Nesta perspectiva, entendemos que à escola e à comunidade cabe o papel de discutir a relação entre higiene, saúde e condições de vida, como um direito dos alunos e da população em geral, assim criando condições adequadas e desejáveis. Outrossim, a educação assume-se capaz de alterar os hábitos e os comportamentos dos cidadãos, contribuindo com uma formação orientada para a prevenção de riscos e mudanças de atitudes e comportamentos. Neste envolvimento, preparamo-nos para discutir as relações entre saúde e higiene como um direito.

Segundo um estudo da UNICEF, divulgado em 2020, há suspensão escolar em todo o país como medida de distanciamento social. Mais de oito milhões de crianças estão em causa, e dois terços dos países em todo o mundo adaptam rapidamente os programas de ensino à distância. Contudo, a maioria das crianças em Moçambique não tem acesso aos canais básicos da informação, o que torna a transição para o ensino à distância extremamente difícil. Nesta óptica, consideramos importante que órgãos governamentais promovam condições sustentáveis que garantam um ensino a distância com meios mais abrangentes.

A pobreza monetária tem um impacto directo na segurança alimentar e na nutrição, assim como no acesso aos serviços de saúde, afectando o bem-estar das crianças e dos seus progenitores. O impacto pode ser particularmente grave para idosos e doentes crónicos cuja imunidade é fraca, famílias localizadas na parte Norte e Centro do País, tendo em mente que vivem cenários de guerra não declarada, protagonizada por supostos insurgentes, famílias e crianças. que ainda estão a recuperar-se dos efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth do passado ano 2019. Segundo as directrizes da UNESCO (2001), há que procurar que os ambientes de aprendizagem sejam saudáveis e seguros. Para isso, O Ministério da Educação e os parceiros, que apoiam o Estado na construção de infra-estruturas escolares, devem garantir o fornecimento de água, políticas e códigos de conduta que desenvolvem a saúde física, psicossocial emocional dos professores, alunos e a sociedade em geral.

A insegurança económica e a suspensão das aulas num período muito prolongado podem favorecer as tendências para uniões prematuras de crianças como forma de lidar com a situação e mecanismos de protecção. Embora o grosso número da população em Moçambique disponha de informações sobre a Covid-19, as autoridades ligadas à saúde têm recomendado a todos, a manutenção de higiene pessoal, o respeito que devemos ter para connosco próprios e para com outros. Esta é a condição fundamental para proteger a nossa saúde e evitar as doenças. A reflexão sobre a higiene e a segurança na escola e na comunidade, não pode ser a preocupação apenas dos órgãos governamentais, mas sim de todos. Educar para os comportamentos conducentes à prevenção da doença, distanciamento físico, uso de máscaras em locais de aglomerados, higienização constante, ainda se considera como melhores métodos para fragilizar a propagação da doença. Segundo a OMS, a doença ainda não dispõe de um curativo firmado, embora haja relatos de avanços na vacina.

Os caminhos para a melhoria da vida do cidadão, visando a aceitação e inclusão no campo saúde, têm sido um dos maiores objectivos da promoção da saúde pública. A relação escola e saúde contribui para quebrar as barreiras e ultrapassar a falta de conhecimentos na prevenção das doenças. Nesse processo, o envolvimento da escola, através da incorporação dos temas transversais abordados de forma interdisciplinar e o papel da comunidade são indispensáveis nesta batalha contra enfermidades. O foco do estudo apresentado é, pois, contribuir para a compreensão de como a educação pode contribuir para mitigar os problemas da saúde pública e escolar, através das possíveis estratégias. Ao estabelecer a relação entre a educação e saúde, percebemos que as escolas precisam difundir as informações sobre a prevenção das doenças por via de conteúdos trazidos dentro e fora da sala de aula. Analisando a educação no âmbito da Covid-19, reconhecemos que a suspensão das aulas em todo país é uma forma de distanciamento social; importa não esquecermos que a guerra não declarada na zona Norte e Centro do País coloca muitas famílias, crianças e idosos em risco; apercebemo-nos também que a situação da população agudiza-se com a recuperação da devastação de ciclones. Entendemos, portanto, que a intervenção comunitária objectiva para a promoção da saúde numa abrangência da vida individual e colectiva representa uma nova configuração da bio-política de regulação social e, olhando para a promoção de saúde, percebemos que é da responsabilidade do sector da educação fornecer informação que influencie a tomada de decisões futuras sobre a saúde. Recomendamos aos fazedores das orientações escolares a promoção do aprofundamento das discussões aqui apresentadas bem como o incentivo a novos estudos, para fazer valer a sua aplicabilidade.

A Educação hoje em dia – que estratégias?

Genésio Luís Mabota

Nelson Ernesto Nhachengo

A humanidade vive, desde tempos longínquos, ameaçada de crises impostas por epidemias e pandemias. A recente eclosão da pandemia atípica do novo coronavírus (Covid-19) ameaça igualmente, e com maior intensidade, a nossa existência e obriga vários países a adoptar políticas para tentar conter o seu avanço. Parte dessas políticas são formuladas e implementadas para atender às recomendações de organismos multilaterais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Outras têm um pendor de dependência das condições económicas e das forças sociopolíticas do país. Procuramos analisar o impacto e as percepções da educação no âmbito da Covid-19 em Moçambique, tendo como foco as estratégias adotadas no sector da Educação; fazemos um estudo bibliográfico composto

essencialmente por literatura disponível sobre a temática, documentos oficiais do Estado moçambicano, da média e da imprensa. O nosso contributo começa pela contextualização sobre a pandemia de Covid-19 a nível mundial e em Moçambique. Segue-se a discussão do impacto da doença no nosso país; a partilha das percepções da educação no âmbito da pandemia e da racionalidade das estratégias adoptadas para responder aos desafios impostos pela pandemia em Moçambique, bem como a sua relação lógica. A partir dessa análise tecemos considerações, com a indicação dos desafios e perspectivas para uma efectiva gestão da pandemia.

De acordo com o Ministério de Saúde (MISAU, 2020), em Dezembro de 2019, a China reporta à OMS uma pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores de um mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de Wuhan, província de Hubei. Diversas autoridades de saúde internacionais declaram o impacto potencial de epidemia por SARS-CoV-2 elevado, sendo que a expectativa é de alto índice de propagação global do vírus. Por isso mesmo, o Director-geral da OMS, a 30 de Janeiro de 2020, declara a doença causada pelo novo coronavírus como uma emergência de saúde pública de âmbito internacional, cujos sintomas são febre, dor de cabeça e de garganta, dificuldade respiratória, tosse, congestão nasal e com tendência de enfraquecimento ao sistema imunológico, respiratório e circulatório.

A propagação da Covid-19 ocorre via contacto ou com a pessoa infectada ou com algum vestígio ou superfície contaminada. À semelhança das outras pandemias, as formas de prevenção resumem-se na contenção da mobilidade ou isolamento social; no reforço das medidas higiénico-sanitárias e de protecção individual e colectiva, bem como na procura de garantir uma alimentação saudável para reforçar o sistema imunológico. Por intermédio do Decreto Presidencial nº 11/2020, de 30 de Março, ractificado pela Lei nº 1/2020, de 31 de Março, Moçambique decreta o primeiro estado de emergência, por 30 dias prorrogáveis, a vigorar em todo o território nacional, a partir de 1 de Abril de 2020, nos termos da Constituição da República de Moçambique (CRM/2018) artigo 56. O primeiro estado de emergência é sucessivamente prorrogado pelos Decretos Presidenciais n.ºs 12/2020, de 29 de Abril; 14/2020, de 28 de Maio e 21/2020, de 26 de Junho, com o objectivo de prevenção e contenção da propagação da doença, de modo a salvaguardar a saúde pública.

O Governo anuncia que a rápida propagação do vírus se deve à não observância das medidas de protecção individual e colectiva e está atingindo todas as faixas etárias, com maior incidência nos jovens de entre 15 a 40 anos (Moçambique, 2020b); dá a conhecer que o incumprimento acontece, sobretudo, após 60 dias de isolamento, principalmente nas cidades. É verdade que este ‘novo normal’ estado chega a atingir números cada vez mais elevados devido à ausência do medo e à falta da credibilidade da existência desta pandemia por parte da falta de tomada de consciência por parte de alguns cidadãos.

Em virtude da vigência do estado de emergência, observa-se violência em tempo de pandemia pelas autoridades policiais contra os cidadãos para fazer cumprir o decreto. Pelo incumprimento das medidas decretadas, sobretudo do isolamento social e do uso correcto de máscaras, regista-se um número cada vez maior de mortes e infectados, (Notícias, 2020a). É óbvio que ninguém, ao acaso, pode colocar-se em risco, pois o uso de máscaras prova a consciência sobre a doença; apesar disso, violam o decreto porque não encontra opção melhor entre estar em casa sem condições de sobrevivência ou arriscar a vida, optando pela procura do pão, já que, como Marx & Engels (2002, p. 25), há muito escreveram em *Ideologia Alemã*: “para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que se encontrem em condições de poder viver”.

Outra situação trazida pela pandemia é a crise social e económica; aprofunda, igualmente, as desigualdades sociais e a pauperização das famílias no que se refere às economias, em especial àquelas dependentes de redes informais de ocupação⁶. Outrossim, a pandemia agudiza-se nas famílias, com a violência doméstica, sendo alvo sobretudo a mulher e a criança. Na mesma senda, regista-se um aumento de roubos e criminalidade, na tentativa de buscar o sustento para a sobrevivência. Afecta, também, “os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento a médio prazo, devido à recessão global” (UNICEF-Moçambique, 2020 p. 2); nesta lógica, muitos moçambicanos estão sujeitos a falta de serviços *sine qua non* básicos, o que implicará exposição à pobreza multidimensional. Em virtude do exposto, a Covid-19 vai, também, implicar o abandono escolar devido à fobia do retorno às aulas e, até mesmo, por interdição pelos pais e/ou encarregados de educação.

Após a eclosão da pandemia, a 23 de Março, todas as escolas Nacionais públicas e privadas encerram e com a posterior declaração do estado de emergência, o Ministério que tutela a educação, tem vindo a pensar em diversas estratégias para o andamento das aulas, conforme o Decreto nº 51/2020, que “prevê o retorno às aulas presenciais a nível nacional, de forma faseada”. Nota-se que, quanto mais tempo as escolas permanecem fechadas, maior é a perda de tempo de aprendizagem e maiores as hipóteses de crianças perderem o ano por total ou parcial desvinculação da matéria e especialmente as raparigas, por conta de gravidez precoce (UNICEF, 2020). Esta ideia é, igualmente, sustentada pelo World Bank Group (2020, p.2): “o fechamento da escola pode significar interrupção do processo de aprendizagem principalmente para crianças com alta vulnerabilidade”. Neste período de confinamento, as crianças estão sujeitas a vários trabalhos de subsistência familiar, de cuidados aos idosos; estão também em interacção com qualquer tipo de pessoas, o que pode condicionar a perda do material escolar e o envolvimento em casamentos prematuros ou exposição sexual.

⁶ Considera-se de entre tantos ganha-pão dos cidadãos mercados e/ou outras sem vínculo com o Estado.

A suspensão escolar das aulas em todo o país como medida de distanciamento social para contenção da Covid-19, coloca muitos alunos a todos os níveis e subsistemas de ensino paralisados. À semelhança de outros países em todo o mundo, em que 2/3 adaptam-se rapidamente os programas de ensino a distância (UNICEF 2020), Moçambique pensa na mesma estratégia, o que nos inquieta.

- Esta modalidade é uma saída para a realidade do País?

Olhando a situação económica do país, ainda se está longe de implementar esta modalidade, pois a maioria das crianças não tem acesso aos canais de informação básicos, o que torna a transição para o ensino à distância extremamente difícil; vejamos que “74% das crianças vivem sem electricidade e apenas 2% têm acesso à Internet, 35% à rádio e 22% à televisão. O acesso à informação é ainda mais limitado para as crianças principalmente das zonas rurais” (UNICEF, 2020 p. 3). Ora, o ensino à distância não é significativo para um aluno da 1ª classe à 12ª classe, assim como para certos anos e cursos de licenciatura pois não há responsabilidade pelo estudo e, mesmo havendo para alguns, o analfabetismo por parte dos pais ou encarregados de educação influencia negativamente o apoio à aprendizagem do seu educando. Aliado a isto, a situação económica de muitas famílias dificulta o acesso ao material de estudo (fichas de exercícios, manuais).

Olhando para o ensino baseado nas aulas por via da rádio e da televisão, também se apresenta sem maior efeito, pois poucos pais dispõem de condições no que concerne a possibilidade de adquirir os aparelhos que dão acesso. Para além dos aparelhos, a grande dificuldade está virada para a cobertura da rede eléctrica, já que muitas famílias, principalmente nas zonas rurais, não possuem a corrente eléctrica de forma a estarem ligados a cada programa televisivo ou da rádio. Outro entrave se observa na ideia de promover aulas *online*; aqui a maior dificuldade se assenta, fundamentalmente, no fraco uso das tecnologias por parte não só do aluno como também do docente, na fraca cobertura e qualidade da rede móvel para acesso à *internet* e na indisponibilidade de aparelhos para acesso a esta modalidade estudo. Consideramos que as autoridades competentes deviam antes de implementar uma estratégia, analisar as viabilidades do seu impacto e/ou criar condições para o efeito, pois o país não está preparado para esta realidade de usar tecnologias para aprendizagem. A abrangência é menor e o nível das condições também é quase inexistente, principalmente nas zonas rurais em que ter um telemóvel com acesso a *internet* é um calcanhar de Aquiles. É por estas razões que a lógica na implementação das estratégias deve ser revista tendo em conta a nossa realidade socioeconómica.

Para enfrentar a esta situação da Covid-19 no sector da educação, desde as aulas *online*, aulas transmitidas através da rádio e da televisão e modalidade de ensino a distância, são muitos os obstáculos e dificuldades, pois nem todos os alunos conseguem ter acesso a estes meios. Para além disso, as opiniões tendem a ser divergentes quanto à eficiência e eficácia dessas aulas. É nessa senda que, para resolver este dilema, o executivo moçambicano divulga o Decreto n.º 12/2020, de 2 de Abril que aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da

pandemia de Covid-19, a vigorar durante o Estado de Emergência e, dois meses depois, o Decreto n.º 36/2020, de 2 de Junho, que aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia de Covid-19, a vigorar durante o Estado de Emergência.

No Decreto 51/2020 de 1 de Junho, o artigo 15 determina a retoma faseada das aulas presenciais a nível nacional, cabendo ao Ministério que superintende a educação estruturar melhor o processo; daí decorrente, a reabertura compreende três fases. A primeira é a da 12ª classe assim como a formação de professores (nas modalidades de 10ª + 1 e 10ª + 3 anos); a segunda abrange a 10ª e 7ª classes, bem como o terceiro ano de alfabetização de adultos; a terceira fase contempla os níveis da 1ª à 6ª classes, incluindo a 8ª, 9ª e 11ª classes, assim como alfabetização e formação de professores na modalidade da 12ª + 3 anos (*op. cit.*). Ainda e de acordo com o mesmo Decreto, para o ensino superior, técnico-profissional e para a formação profissional a retoma compreende duas fases: (a) a dos dois últimos anos de cada curso, quando aplicável e (b) a de todos os outros anos. Esta retoma é condicionada pela verificação das condições adequadas pelo sector da saúde e mediante a apresentação de um plano de contingência (*op. cit.*). Em cumprimento deste decreto, o sector da educação desenha várias estratégias para responder a este desiderato (a retoma das aulas), nomeadamente, (i) a reabilitação e/ou construção de sistemas de abastecimento de água dentro de 30 – 90 dias; (ii) o melhoramento de urinóis; (iii) a instalação de sistemas de higienização das mãos; (iv) a aquisição de desinfectantes (sabão e álcool); (v), a fixação de cartazes de prevenção e combate a Covid-19; (vi) a pulverização das salas de aula; (vii) a aquisição de termómetros para o rastreio; (viii) a redução do rácio dos alunos por turma, passando a ser 20 e intercalando os dias de interacção com o docente; (ix) a selecção de conteúdos relevantes e (x) a eliminação de disciplinas complementares para trabalharem somente com as básicas.

Apesar das estratégias acima apresentadas parecerem eficazes, o retorno faseado à escola pode expor os alunos ao risco de contaminação pelo vírus. Estas estratégias são concebidas somente para o ambiente escolar, ou seja, não se observa a situação das crianças fora deste, isto é, no seu percurso casa – escola, o tempo de recreio e a partilha de objectos como giz, apagador, cadernos e esferográfica. A adopção destas estratégias, se bem que seja uma saída para a educação, é uma forma de proliferar cada vez mais a propagação do vírus nas famílias. Por conseguinte, consideramos que há necessidade de criar melhores políticas educacionais e estratégias que venham a responder a este cenário sem pôr em causa a saúde dos estudantes, professores e comunidade em geral.

Não temos dúvidas; a pandemia do coronavírus gera crise humanitária e tem como principal tendência o enfraquecimento do sistema imunológico e respiratório. No âmbito dos esforços para lidar com a doença, o país adopta medidas de contenção que se circunscrevem ao isolamento social, à suspensão de aglomerações, ao reforço das medidas higiénico-sanitárias e de protecção individual e colectiva, assim como de incentivos para uma alimentação saudável. O facto exige traçar políticas

públicas eficazes. Analisamos a situação actual da pandemia bem como as estratégias concebidas pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano para dar continuidade às aulas durante e após o estado de emergência. No que tange a situação da Covid-19 em Moçambique, o Estado toma, desde Abril de 2020, várias medidas no quadro do estado de emergência que implicam a suspensão de alguns direitos constitucionalmente concebidos. No âmbito da implementação dessas medidas, constatamos a prevalência do problema das desigualdades sociais. Para além da violência pelas autoridades, a pandemia do coronavírus mostra-se causadora de violência doméstica, agudiza, o índice de roubos, criminalidade, leva a casamentos prematuros, à gravidez precoce, a desistências escolares, à pobreza; enfim, é a causa da vulnerabilidade social, da desvalorização do ser humano. No que alude ao sector da educação, constatamos que as estratégias definidas, aquando do estado de emergência para a continuidade das aulas, estas não são eficazes, pois o recurso ao ensino a distância, o ensino *online*, o ensino via rádio e a televisão e distribuição de fichas de exercícios não abrange todos os alunos devido a situações reais socioeconómicas do país. O grau de analfabetismo da maior parte dos pais e/ou encarregados de educação, que não são capazes de explicar o conteúdo das fichas aos seus educandos é outro inconveniente. O recurso a plataformas virtuais mostra-se como um grande desastre pois o aluno e o professor não foram preparados para o seu uso, para além de que a cobertura de rede de *internet* é fraca e sem qualidade. As estratégias para o retorno às aulas presenciais mostram ser uma tendência para o aumento de mais casos de infecção, uma vez que, mesmo parecendo lógicas, não se coadunam a certos níveis de ensino. Deste modo, entendemos ser conveniente conciliar as estratégias de forma diferenciada em função dos níveis. Nas escolas primárias a responsabilidade dos alunos é quase nula; supõe-se que as crianças vão viver a nostalgia dos abraços logo no primeiro dia do encontro, como também, vão facilmente trocar a máscara com os colegas, partilhando o lanche e objectos. Esta situação não só põe em risco os alunos, como também o professor sujeito à correcção de exercícios nos diversos livros e cadernos. Isto tudo põe em risco toda a comunidade escolar e conseqüentemente a comunidade em geral.

Plano de retoma de aulas presenciais

Mário Pascoal Nhanombe

Titos Alberto Guambe

A reflexão sobre as consequências do coronavírus tem a sua génese no contexto actual em que as aulas presenciais são interrompidas, sendo a sua leccionação de certa forma condicionada, dando deste modo a um plano urgente de retoma que leva a certas mudanças no ensino-aprendizagem a todos os níveis; tal facto altera também a dinâmica social, afectando mais a profissão docente. É nossa

intenção apresentar reflexões sobre o tema, pois o fazermos parte da academia desperta-nos o interesse em deixar de sermos meros espectadores e, a partir da observação participativa, na comunidade estudantil da escola primária do 1º e 2º graus da Maxixe, procuramos fazer retratos desta realidade em consonância com a abordagem de Hargreaves (1994, *apud* Hagemeyer, 2004, p.68), “a escola se constitui hoje em um receptáculo político, no qual se depositam os problemas insolúveis da sociedade”. Tendo em conta que as consequências são devastadoras e que buscam respostas céleres para reabertura plena das escolas públicas e privadas, questionamo-nos:

Até que ponto a escola deve mudar para se manter segura?

Daqui sucede que, devido à pandemia de Covid-19, a pesquisa destaca uma escola localizada numa área suburbana, pelo facto de apresentar uma diversidade cultural, uma variedade de posses económicas das famílias e, ainda, o facto de, neste nível do ensino fundamental, as práticas lectivas serem em várias áreas disciplinares, envolvendo um número elevado de professores; é essa mescla aliada à desigualdade de contextos culturais e socioeconómicos que enriquece a reflexão. A profissão docente em Moçambique está, hoje, sujeita a situações que nos levam a retomar Wernek (2006, p.177) que nos lembra que “o homem transforma a natureza tanto por sua acção individual quanto social num mundo de cultura que vai para ele aparecer revestido de valor”. O contexto actual da Covid-19 impõe novos desafios ao sector da educação, que se consubstanciam na relação aluno/professor; depara-se com a dificuldade e emerge nova responsabilidade no modo de aprender/ensinar; esse processo carece de produzir sentidos da mudança. Portanto, apreciamos alguns conceitos, contextos e uma abordagem metodológica com as tabelas dos resultados relacionadas com a revisão da literatura por forma a apreciar o actual estágio do ensino em Moçambique condicionado pela pandemia de Covid-19.

Retomando Pozo (2007, p.34), evidenciamos que a “nossa sociedade vive momentos paradoxais do ponto de vista da aprendizagem”. Com a eclosão da Covid-19, sendo o primeiro caso registado em Moçambique a 22 de Março de 2020, é a 25 deste mês que o Conselho de Ministros pela Resolução 20/2020 estabelece a Comissão técnico-científica para prevenção e resposta à pandemia, a intervenção governamental, de um lado essencial para a questão da saúde pública e de exigindo a paragem de aulas presenciais no País. A tabela apresenta de forma sucinta os decretos do Presidente da República (P.R.), a ractificação da Lei pela Assembleia da República (A.R.) e a decretação administrativa pelo Conselho de Ministros (C.M.).

Nº de	11/20	12/20	14/202	21/202	23/2
Decreto presencial	20 de 30 de	20 de 29 de	0 de 28 de	0 de 26 de	020 de 5 de
P.R.	Marco	Abril	Maior	Junho ⁷	Agosto

⁷ O realce vai para a limitação das aulas em todas as escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário.

Nº da Lei Ratificação A.R.	01/20 20 de 31 de Marco	04/20 20 de 30 de Abril	06/202 0 de 29 de Maio	8/2020 de 29 de Junho	9/20 20 de 7 de Agosto
Decreto-Lei Administrativa C.M.	01/20 20 de 31 de Marco	26/20 20 de 08 de Maio	36/202 0 De 02 De Junho 37/2020 ⁸	51/202 0 de 01 de Junho	9/20 20

Tabela 1- Resumo dos decretos referentes à Covid-19 no país
Publicações oficiais de Boletins da República de Moçambique

Segundo a revista *Plano de Moçambique*, a resposta à Covid-19, a 31 de Dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde um surto de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores de um mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. No dia 23 de Março de 2020 na comunicação a Nação, o presidente de Moçambique encerrou as escolas públicas e privadas do ensino pré-escolar ao ensino superior tal medida visa acompanhar a evolução dos casos e permitir que o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH crie as condições de Higiene nas escolas.

Optando pela metodologia qualitativa, contamos que a pesquisa possa trazer resultados a partir das observações, da análise de discurso, feita à luz dos Objectivos Educacionais/ Ensino-aprendizagem, dando especial atenção às 5^a, 6^a e 7^a classes da EP 1º e 2º graus da Maxixe. Sendo que a metodologia qualitativa “ocupa hoje em dia um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995 p.21), ela permite-nos integrar os fenômenos em estudo nos seus contextos; entendemos, pois, ser pertinente analisar a informação avulsa disponibilizada via Whatsap, saída do sector pedagógico da escola primária do 1º e 2º da Maxixe, orientando os docentes a elaborar fichas de exercícios, trabalhos de casa para o período de interrupção das aulas presenciais; implicamo-nos na pesquisa documental por permitir o estudo de situações e seus intervenientes, a que não temos acesso físico, por problemas de distâncias causados pelos efeitos da pandemia. Complementarmente, analisamos as comunicações ministeriais redigidas em forma de correspondência formal, interditando ou limitando o acesso nesta fase da crise de Covid-19, assim

⁸ O Decreto 36/2020 aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia de COVID-19, o sistema de ensino foi sujeito a ajuste de calendário escolar. E o Decreto 37/2020 Aprova as medidas económicas e sociais com vista a mitigar os impacto da pandemia da COVID-19.

como as informações que a instituição divulga, orientando os actores escolares a seguir as normas da saúde.

Segundo Manzato (2012, p. 7), “[o]s métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se pretende medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um universo (público-alvo), através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada”. O levantamento de dados quantitativos é feito por meio de questionários, com cuidado especial em termos da linguagem lavrada e enviada em mensagens-SMS via celular (Android) aos alunos previamente selecionados. Há respostas descartadas já que não estão em harmonia com aspectos da paralisação de aulas. O questionário foi respondido por crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, alunos da 5ª à 7ª classe da Escola Primaria da Maxixe, dando-lhes a oportunidade de contar as suas experiências e o que sentem relacionado com a necessidade de retoma das aulas presenciais nesta época de restrições e isolamento social, devido à crise de pandemia de Covid-19.

Características dos respondentes

Género dos alunos submetidos ao questionário

5ª classe		6ª classe		7ª classe	
0 raparigas	3 rapazes	1 rapariga	1 rapaz	1 rapariga	1 rapaz

Idade varia de 11 a 15 anos de idade.

Rol das questões lançadas aos inqueridos.

I. Fazes parte de algum grupo de risco para a pandemia de Covid-19? (asmático, diabético, e outras enfermidades).

Não	8 1 %	Asma	9 %	Diabete	5 %	Abstenção	5 %
-----	----------	------	--------	---------	--------	-----------	--------

II. Você ou alguém próximo diagnosticado a pandemia do novo Covid-19?

Não	98 %	Sim	1 %	Abstenção	1 %
-----	------	-----	-----	-----------	-----

III. Você possui algum colega ou professor diagnosticado com o novo Covid-19?

Não	99 %	Sim	0,5 %	Abstenção	0,5 %
-----	------	-----	-------	-----------	-------

IV. Você prefere aulas presenciais na escola ou por fichas de exercícios?

Aulas presenciais	8 7 %	Por fichas de exercícios	%	Abstenção	10 %
-------------------	----------	--------------------------	---	-----------	------

V. Você já participou de aulas online antes?

Não	7	5 %	Sim	1	0 %	A	9	%	Abstenção	1	%
-----	---	-----	-----	---	-----	---	---	---	-----------	---	---

VI. Você tem acesso à internet em seu domicílio?

Não	45 %	Sim	40 %	Abstenção	15 %
-----	------	-----	------	-----------	------

VII. Você tem acesso à Net, qual a operadora utilizada?

Movitel	3%	Vodacom	2%	Nel	%	V	,5 %	Abstenção	,5 %
---------	----	---------	----	-----	---	---	------	-----------	------

VIII. Você utiliza que dispositivo?

Computador	1 %	Celular	94 %	Abstenção	5 %
------------	-----	---------	------	-----------	-----

IX. Você sabe quantos alunos da sua turma tem acesso ou não consegue ter aulas a distância?

Muitos	98 %	Abstenção	2 %
--------	------	-----------	-----

X. Qual avaliação faz das aulas presenciais e a distância neste período de Covid-19?

Aulas presenciais	9 %	Aulas a distância	90 %
-------------------	-----	-------------------	------

XI. Na sua opinião as aulas a distância ser recomendáveis, em caso de se prolongar a crise de pandemia de Covid-19?

Não	68 %	Sim	30 %	Abstenção	2 %
-----	------	-----	------	-----------	-----

XII. A renda familiar foi afectada pela crise da pandemia de novo Covid-19?

Sim	78 %	Não	22 %
-----	------	-----	------

Tabela II- Resultados do Questionário apresentado aos alunos em virtude da interrupção do ensino presencial devido a pandemia de Covid-19 - E.P. do 1º e 2º graus da Maxixe

Os principais resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa, em que nos implicamos, trazem a essência do sentimento social e cultural. Os dados revelam-nos a causa humana na relação entre os alunos e a pertinência dos professores para ensinar. O número de alunos em sala de aulas induz a uma motivação de aprender, isto é, os alunos sentem-se bem na colectividade; em suma apelam à retoma às aulas presenciais. Infere-se na observação da correspondência ministerial e da comunicação da instituição que a retoma das aulas presenciais só é sustentável se forem melhoradas as condições de higiene. O outro revés verifica-se na crise de finanças de muitas famílias; nesse âmbito, os pais e encarregados de educação preocupam-se com fontes alternativas de provisão do sustento da família, não sendo possível irem à escola para levantar fichas de exercícios.

A ideia é genérica neste nível de escolaridade; os alunos entendem que a sua aprendizagem é influenciada pela presença do professor, bem como pela relação que entre os dois intervenientes do processo de ensino-aprendizagem se estabelece – aluno/professor. A preocupação dos alunos tem a ver com a sua nova rotina de aulas e estudos, bem como com o facto de não terem condições para acompanhar as aulas online. Há poucas informações sobre as ferramentas e tecnologias utilizadas no caso das substituições ocorridas nos cursos presenciais com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), situação realçada por Pozo (2007, p.34), ao afirmar que “[s]e realmente acreditamos que é possível um outro mundo – e temos de acreditar nisso para desejá-lo é preciso investir no conhecimento e, seguramente, na aprendizagem”. Consideramos importante elogiar as acções governamentais de expansão do ensino, mas não podemos de sublinhar que as condições nas escolas deixam muito a desejar; a opção pelo cancelamento das aulas permite às autoridades de tutela mais espaço e tempo para uma reflexão cuidadosa, procurando a prover melhores condições de higiene sanitária.

Os desafios lançados à Educação – Ambientes de aprendizagem e Mediação

Edgar Manuel R. Lamas

Magali Freira Veríssimo

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem vindo, há algum tempo, a dar origem a práticas de ensino inovadoras, tanto nas escolas do ensino secundário como nas do ensino básico, contemplando espaços físicos assim como espaços virtuais de aprendizagem – ambientes de aprendizagem inovadores que promovem o envolvimento dos alunos e a sua autonomia. Por outro lado, os ambientes de aprendizagem, em que as TIC estão presentes, abrem também possibilidades a uma prática interdisciplinar e transdisciplinar, a qual rentabiliza a construção do conhecimento sustentado em aprendizagens significativas que não compartimentam os enfoques disciplinares, antes apelam à transversalidade dos saberes e os integram na realidade. Com base nas diferentes disciplinas, podem também partir da observação da realidade, do seu questionamento, para melhor a compreenderem a partir da interligação dos diferentes saberes.

Os ambientes de aprendizagem promovem, deste modo, a criação de comunidades de aprendizagem que não se limitam ao espaço escolar, nem ao espaço físico. Neste enfoque, as TIC para além de serem recursos para a apresentação dos conteúdos programáticos, contribuem também para a partilha de dúvidas, para a apresentação de curiosidades. O aluno deixa de ser o repositório de conhecimentos e passa a actor do seu processo de aprendizagem, procurando por sua iniciativa o

caminho a seguir e, em paralelo, abrindo vias para a descoberta de outras formas de aprender – as dos colegas. Gera-se, desta forma, uma complementaridade de estratégias inovadoras.

A complementaridade na construção do conhecimento reforça-se, não apenas pelo recurso à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade, propostas pelos professores em trabalho colaborativo, mas também pelos alunos a quem é dada a oportunidade de escolherem, de acordo com os seus perfis diversificados bem como de acordo com os seus contextos familiares e sociais específicos. Faz, pois, sentido o que Johassen (2007, p.21) afirma a este propósito que “[a]s ferramentas cognitivas são ferramentas informáticas adaptadas ou desenvolvidas para funcionarem como parceiros intelectuais do aluno, de modo a estimular e facilitar o pensamento crítico e a aprendizagem de ordem superior”.

Os ambientes de aprendizagem podem ser organizados de acordo com diferentes concepções pedagógicas; isto é, cada professor pode encontrar diferentes abordagens pedagógicas em função do nível de ensino, dos perfis dos alunos, dos contextos de onde provêm. Como Horn (2004, p. 15), defende

[o] olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou minha atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aulas, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde quotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios.

Podemos, pois, avançar que a cada professor cabe organizar o ambiente pedagógico para um determinado grupo de alunos, tendo sempre presente a tríade pedagógica – os conteúdos programáticos, o(s) aluno(s), o professor. Não só a relação entre as três componentes é mutável, como cada componente da tríade, não só de grupo em grupo, mas no mesmo grupo, ganham novos formatos, revelam diferentes tendências e diferentes meios de se expressarem. É um facto, “é nas relações e nas trocas que se ressignificam os saberes e fazeres” (Rendin, 2007, p.84). Por isso mesmo, é indispensável que o professor seja flexível na gestão do tempo lectivo, na participação de cada aluno assim como na forma de cada um se expressar e se relacionar com os colegas. Repensar e reorganizar os ambientes de aprendizagem é um princípio a respeitar na escolha de estratégias pedagógicas, na contemplação de outros espaços para além do espaço de sala de aula – espaços de contextos reais, espaços virtuais.

Nesta ordem de ideias, importa reconhecer que o recurso às TIC constitui um apoio fundamental para criar ambientes de aprendizagem inclusivos e que, complementarmente, a gestão

desses ambientes por parte do professor é determinante para que o aluno se sinta o actor da sua aprendizagem, estabelecendo relações entre os conteúdos abordados e sua realidade, os seus interesses, para que possa sentir-se em ambiente de aprendizagem, seja em sala de aula, seja em casa, seja num espaço da natureza ou da comunidade social. É desta forma que as aulas, após o período de encerramento das escolas, podem continuar, mesmo que seja impossível a permanência na escola: é, no entanto, imprescindível que a responsabilização de todos os intervenientes seja assumida e a concretização do processo de aprendizagem a todos envolva, nunca esquecendo a centralidade do aluno no processo.

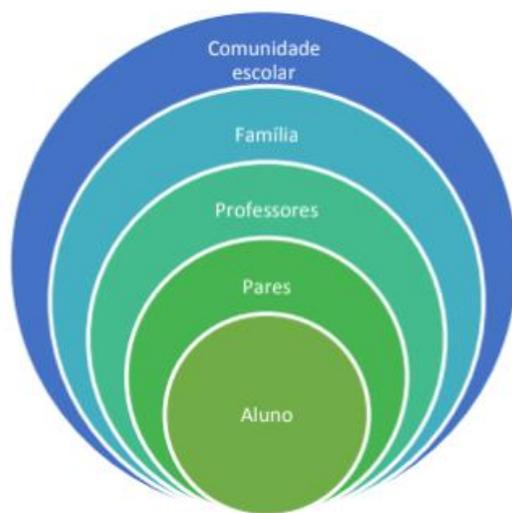


Figura 1 – Relações sistémicas – eficácia das tecnologias de apoio (Fernandes & Tavares, 2015, p.347)

Os intervenientes estabelecem entre si relações indispensáveis à eficácia da sua utilização nos ambientes de aprendizagem; as relações são sistémicas, na medida que entre os vários intervenientes se estabelece uma interacção de forte reciprocidade, levando a uma permanente evolução. Do relato de Fernandes & Tavares (*op.cit.*, p.347), realçamos que “[a]s tecnologias são o motor que permitiu, primeiro, o acesso à escrita e à informação e à escola e, depois, potenciou a ocorrência de mudanças em todos os contextos significativos de vida dos alunos”. Perante a situação que se vive e as contínuas atualizações do plano que o Ministério divulgou, para o retomar das aulas, importa que os professores recebam formação, para que não se limitem ao uso do equipamento, mas procurem desenvolver competências, para além da construção do conhecimento, visando promover o uso das tecnologias no processo ensino-aprendizagem e, em simultâneo, desmistificar o seu uso. Com os recursos informáticos disponibilizados, o professor pode criar formas de divulgação distintas de procedimentos, uma por grupo de trabalho, perante um caso real a abordar. Importa que crie condições para que os alunos possam não só interagir, mas sintam motivação para criar respostas ao abordar os problemas com que se deparam e, também, sejam desafiados a partilhar o que é da sua iniciativa. O

esquema que se segue presentifica a importância da interactividade na educação a distância, interactividade que tem a ver com as relações sistémicas referenciadas.

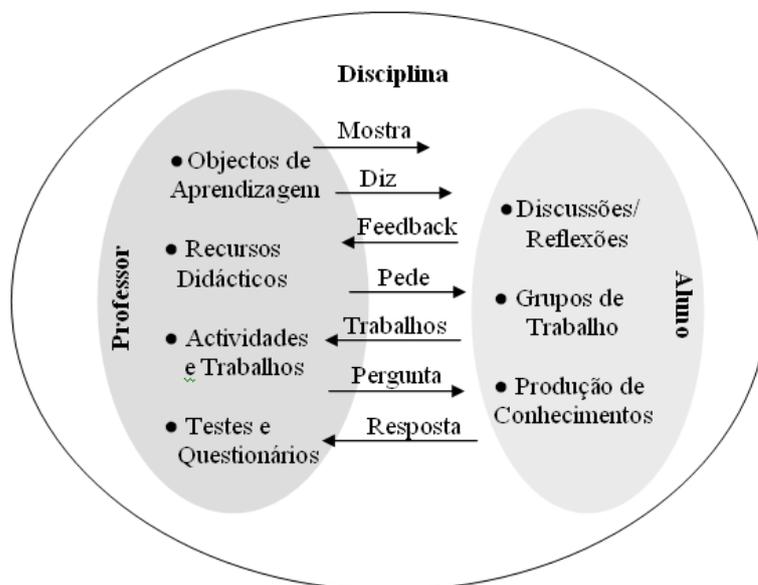


Figura 2- Interação no *e-learning* (E. M. Lamas, 2009, p.293)

Com a educação a distância, sente-se a necessidade de uma preparação mais cuidada (i) dos objectos de aprendizagem a utilizar; (ii) dos recursos didáticos; (iii) de uma abordagem diferente dos conteúdos com actividades e trabalhos que envolvam os alunos; (iv) de testes e questionários que levem à reflexão e à produção de novos conhecimentos. Há também que ter presente que os trabalhos implicam por parte dos alunos mais tempo de dedicação; daí ser determinante que a escolha seja deles para que sintam vontade de encontrar o que para eles tem valor e significado. Há, pois, que ter presente que a educação a distância privilegia contextos de aprendizagem autónoma, significativa e baseada em recursos que tenham sentido para as situações com que os alunos se deparam; a resolução de problemas, partindo da forma de abordagem personalizada do aluno, incentiva ao espírito crítico e faz com que se assuma como protagonista do seu processo de aprendizagem.

Seguindo este caminho, o professor dá espaço ao aluno para ele criar a sua atividade e encontrar os recursos que melhor se adequam ao seu estilo de aprendizagem; para ele tornar-se o actor da pesquisa e sentir o desafio de mostrar que é capaz de se tornar autónomo. Levar o aluno à reflexão sobre o trabalho desenvolvido, pelo questionamento e pela procura de alternativas para melhorar o que está a fazer, é a forma de o manter sempre activo e de o levar a descobrir novas vias de aprendizagem, que propiciam “a construção de conhecimentos, usando comunicação síncrona ou assíncrona (...) em apoio ao processo de ensino-aprendizagem” (Lamas, *op.cit.*, p.291).

Com efeito, o professor tem de ter consciência de que a diversidade de perfis dos alunos é evidenciada com a educação a distância; o afastamento não nos permite ter a percepção real da forma como a nossa mensagem chega a cada um, pois não temos o feedback que, usualmente, temos em sala de aula. A falta de contacto e de interacção real e imediata, por vezes, dificulta a comunicação por não se poder contemplar as expressões, as atitudes, os gestos dos alunos. Nos momentos de contacto síncrono, entre as aulas, há igualmente uma maior necessidade, de dedicação, para dar respostas às solicitações que podem nem ser muitas; todavia, elas precisam de respostas atempadas para que o processo continue sem interrupções. O uso dos dispositivos móveis podem ser uma forma de dar resposta, já que eles propiciam a autoaprendizagem, em qualquer momento, em qualquer espaço; da mesma forma, o uso da comunicação síncrona e assíncrona, rentabilizando as vantagens da sua complementaridade assim como a prática da interdisciplinaridade, rentabilizam a complementaridade dos conteúdos programáticos.

Com base no exposto, ao criar novos ambientes de aprendizagem, o professor mobiliza o acesso a informação abrangente, global, cria condições para construir comunidades de aprendizagem, que levam os alunos a ganhar autonomia, facilitando a partilha de conhecimentos, pelo recurso à interdisciplinaridade, pela implementação da transdisciplinaridade, levando os alunos a situarem-se no(s) seu(s) contexto. Mais, ainda, ao confrontarem-se com a realidade, são capazes de relacionar a teoria com a prática. Neste processo, as capacidades a que o professor leva os alunos a recorrer são diversificadas, nomeadamente, a comunicacional, a interativa que permite estabelecer redes e conexões com intervenientes dos contextos, a interculturalidade construída na relação com pessoas de outras regiões que estão integradas no seu contexto e, por inerência, a sociabilidade. Não esqueçamos que ao dar ao aluno a escolha do trabalho a realizar, ele torna-se criativo, responsável, autossuficiente, e acaba com a prática continuada por saber regular a sua acção e procurar envolver-se em novas actividades.

É, pois, neste ambiente, em que o aluno ocupa o centro do processo de ensino-aprendizagem, que ele desenvolve as competências que o preparam para dar continuidade aos seus estudos e, também, para se preparar para o mercado de trabalho. Referimo-nos à colaboração, à cooperação, à competição, à gestão de conhecimentos, ao empreendedorismo, a atitudes comportamentais como a iniciativa, a persistência, a assertividade, a autoconfiança, o relacionamento positivo e não competitivo. É-lhe, também, oferecida oportunidade de desenvolver competências organizativas, isto é, aprender a gerir, a estruturar, a encontrar procedimentos adequados, estratégias que permitam ultrapassar obstáculos e resolver problemas.

Falamos na necessidade dos professores receberem formação que os prepare para actuarem nos ambientes de aprendizagem que a educação a distância os desafia a criarem. Ao falar de formação,

naturalmente, falamos em reforço de conhecimentos. Porém os conhecimentos necessários são para passar à acção, ou seja, o *saber* tem de ser complementado pelo *saber fazer*, procurando

- conhecer as TIC, os instrumentos e ferramentas que disponibilizam;
- explorar as suas potencialidades e
- criar condições que impliquem os alunos a descobrirem, por si, a saberem usar as TIC para dar respostas ao que pretendem conhecer.

Na formação dos professores é, portanto, decisivo, que a questão da mediação esteja presente. O professor deixa de ser um mero transmissor de conhecimentos é-lhe exigido que saiba estabelecer a relação entre o aluno e os saberes que fazem parte dos currículos escolares, de forma que seja ele – o aluno –, o actor da aprendizagem; não menos importante do que conhecer as TIC, é saber explorar as suas potencialidades. A complexidade do processo da mediação escolar tem levado ao desenvolvimento de investigações conduzidas quer por professores, quer por técnicos especializados (Silva e Machado, 2009; Caetano, 2009; Silva e Moreira, 2009; Ferreira, 2009), investigações que divulgam e sistematizam princípios e boas práticas que ajudam a tornar estas iniciativas garantidamente mais eficazes e mais generalizadas.

A intervenção do professor é, como temos vindo a pôr em evidência, através de enfoques diversificados, fundamentalmente um processo em que a dialéctica tem de estar presente. A realidade, o contexto em que o aluno está integrado é algo de concreto que chama a sua atenção; agir em contexto é desenvolver uma prática; mas a prática tem de ser questionada. De facto, no processo educativo, o questionamento é o que desperta o interesse e leva à procura dos conhecimentos que possam permitir compreender o que se passa; assim se estabelece o processo da dialéctica, a relação entre a prática e a teoria, a relação entre a realidade e os conhecimentos que levam a compreendê-la, que explicam as suas características. O diálogo é um sustentáculo inquestionável no processo educativo; pelo diálogo, temos visto, não só nos pomos em relação com o outro, como também em confronto, isto é, em discussão, que nos leva à procura de soluções, a formas de ultrapassar o que não se integra no todo.

É a mediação assumida pelo professor, criando condições para que o diálogo aconteça e induza os actores (os alunos) dos ambientes de aprendizagem a interagirem no(s) contexto(s), sejam estes reais ou virtuais. Além de levar os alunos ao diálogo entre eles, leva-os também a questionarem as realidades com que se confrontam e, mantendo a discursividade (conversa com sentido, causas e propósitos), o diálogo convoca pontos de vista distintos, quer dos alunos, quer dos professores, quer dos *saberes*, de que necessitam para poderem interpretar a realidade. Neste sentido, a intervenção pressupõe a existência de um questionamento situacional – um dado acontecimento / uma realidade do contexto – que traz para a cena enfoques diversificados e, conseqüentemente, elimina a perspectiva individualizada.

Como já tivemos oportunidade de referir, o questionamento pode assim também convocar saberes de várias áreas do conhecimento escolar; é, assim, que a interdisciplinaridade é posta em acção. Os professores podem preparar em conjunto uma actividade que envolva os alunos em várias disciplinas em simultâneo. Coloca-se, deste modo, a possibilidade de trazer um enfoque de cariz mais objectivo, mais centrado no conhecimento, sem, no entanto, eliminar a(s) subjectividade(s) próprias dos alunos, as especificidades do(s) contexto(s), indispensáveis à aprendizagem significativa e própria de cada situação. Conduz, pois, a uma visão mais conciliadora do acontecimento em causa, associando versões diferentes, descobrindo o que de comum nelas existe, não ignorando as especificidades subjectivas, as especificidades contextuais.

Decorrente do que expomos, a intervenção educativa assume-se como uma praxis existencial e social que integra dialecticamente discursos, acções, prática e reflexão crítica. Mais do que levar à separação/dissociação das componentes com as quais os professores são confrontados, ela desafia-os à sua articulação, criando condições para que os alunos, a partir dessa articulação, tirem proveito para as suas aprendizagens, colocando-os em interacção com as realidades. É assim que a mediação acontece; o professor medeia o aluno e o saber, induz o aluno a por si e, no pelo diálogo com o(s) colega(s), questionar, reflectir, compreender. O saber constrói-se na dialéctica teoria/prática, pela acção do aluno, pelo diálogo que estabelecer com os colegas. Que questões se colocam ao falarmos de mediação?

- A quem cabe estabelecer condições para que a dialéctica aconteça?
- Quem, de facto, estabelece a dialéctica?
- Como chega o aluno à compreensão da realidade, dos factos com que se confronta?
- Quem são os intervenientes na construção dos saberes?

A intervenção educativa do professor é, pois, de uma complexidade enorme. Há muito que aprender para sermos bons professores. Reconhecemos, pois, que a intervenção educativa do professor, nos ambientes de aprendizagem é uma acção dialéctica, integradora, intencional e reguladora. Todavia essa acção – a acção do professor – só ganha sentido, se envolver uma outra acção – a acção do aluno; por associação, ela implica uma interactividade prática e reguladora entre o aprendente e os conteúdos do(s) currículo(s), os objectos dos saberes prescritos e normativos. Essa intervenção é a mediação, que pode ser assumida como *mediação cognitiva* – a construção do saber e, também como *mediação pedagógico-didáctica* – o processo de aprendizagem que, como vimos, importa que seja gerido e controlado pelo aluno (Lenoir *et al.*, 2002).

Martins (2009, §3) defende que “[u]m programa de mediação escolar implica que todos os elementos da comunidade educativa possam intervir de modo a serem ouvidos, numa mudança de cultura e de hábitos de resolução de conflitos”. É isto que, perante as situações vivenciadas em escolas moçambicanas e apresentadas neste trabalho, entendemos ser necessário fazer, ou seja, procurar uma

programação consciente por parte de todos os intervenientes nas comunidade educativas para responder aos desafios que nos são colocados – re(i)novar a função do professor, dar ao aluno, em ambientes de aprendizagem (espaços reais e/ou digitais), a oportunidade de ser o actor da sua aprendizagem, contextualizar os saberes nas realidades em que, a escola assume a enorme e valiosa tarefa que lhe é conferida – a educação.

Considerações finais e prospecções

Estela P. R. Lamas

Ao relermos os trabalhos aqui apresentados, sustentados em situações vivenciadas em escolas moçambicanas, preparamo-nos para rematar um trabalho de valor e significado não só para os autores que nele se implicaram, mas para todos os intervenientes do processo ensino aprendizagem posto em relevo; um trabalho não só limitado ao espaço temporal em que as pesquisas teóricas e as directrizes ministeriais ocorreram, em que os registos, os questionamentos, foram sendo no terreno realizados, mas também num tempo porvir, para o qual, as reflexões que surgiram ao longo das narrativas, das apresentações e comentários foram aparecendo. Foi esse de facto o foco dos relatos apresentados, das reflexões apresentadas – a identificação dos desafios que a realidade com que se confrontavam – situação de contingência – lhes trazia. A atitude assumida ganha valor exatamente pelo facto de os mestrandos não se confinarem a relatar as situações conturbadas, mas por se sentirem implicados em procurar soluções que não permitam que, ao actuarem nos contextos escolares, surjam problemas de saúde. Convocamos os diversos intervenientes que assumiram o seu papel em cada uma das situações, neste momento de balanço final e, querendo sistematizar os conhecimentos construídos, deparamo-nos com duas exigências, que se perfilam de forma diversa, mas complementar – uma reflexão sobre a estrutura optada, a qual realça o processo a empreender e uma sistematização das respostas que foram sendo questionadas, evidenciando deste modo o produto final. Tratando-se de análises e (re)interpretações, logicamente, surge a par e passo o questionamento – uma das características da estrutura deste trabalho, o recurso a perguntas que nos orientam na pesquisa e para as quais procuramos respostas pela análise argumentativa, pela sustentação teórica e normativa. As situações em causa reúnem dimensões políticas, sociais, educacionais, culturais; é nelas que os intervenientes se integram e têm de estar cientes dos multi-enfoques, que têm que ser tidos em conta, quando se pretende criar ambientes de aprendizagem envolventes e motivadores. As relações sistémicas estabelecidas entre os diferentes intervenientes sustentam a eficácia das tecnologias de apoio aos ambientes de aprendizagens. Como um dos pares afirma, importa almejar uma educação escolar imbuída de novos rumos, tendo por base uma reflexão sobre as mudanças em curso, decorrentes do

quadro global complexo, com que nos confrontamos no mundo da educação, no actual panorama pandêmico. Importa, então, recordar, o contributo trazido pelos seis estudantes do Mestrado em Pedagogia e Didáctica, que se perfilam de forma diversa, mas complementar – uma reflexão sobre a estrutura pela qual optamos, a qual realça o processo a empreender numa formação de professores em termos do domínio dos instrumentos tecnológicos a que recorrem; sustentada nas potencialidades desses instrumentos incentivando os alunos a se implicarem de acordo com os seus interesses, os seus perfis, as realidades dos seus contextos; de preparação para a criação de ambientes de aprendizagem, para se assumirem como mediadores do processo ensino aprendizagem. Só assim serão criadas condições para que os alunos assumam a sua autonomia e se tornem os actores da aprendizagem. Em causa está a indispensabilidade da centralidade do aluno nos ambientes de aprendizagem.

Os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, como se comprova nas situações vivenciadas, deram lugar à oportunidade de pensar na criação das bases para a escola pós-pandemia. Levam a uma implicação determinada na gestão da possibilidade de introduzir os meios tecnológicos no ensino, mantendo a formação social e a presença do aluno como elemento primordial no ensino. A implicação da escola no seu todo, ao querer assumir-se com um espaço de referência social, tem de contar com os professores, as suas capacidades, as suas competências profissionais; a abertura da mente na abordagem dos currículos, tendo em consideração os contextos e os perfis dos alunos; define, assim, a sua identidade profissional, sempre respeitando os diversos intervenientes. Defende-se, portanto, a profissionalidade docente como base da escola que se deseja construir.

Referências Bibliográficas

- Caetano, A. P. (2009). Mediação e práticas de formação: uma experiência de formação pela investigação na licenciatura em Ciências da Educação. In A. M. Silva e M. A. Moreira (orgs.). *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspectivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores.
- Carvalho, F. A., Goulart, Í. B. & Mattos, M. C. (out. 2013). Construindo o Conhecimento: Um caminho sugerido pela Psicologia e pela Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento* v.3, Número Especial, pp.18-29. Universidade Federal da Paraíba. Retirado de <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/viewFile/16047/9787>
- Covid-19: Moçambique encerra escolas e suspende vistos*. (Março 2020). DW.COM. Retirado de <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-mo%C3%A7ambique-encerra-escolas-e-suspende-vistos/a-52859373>

- Decreto n.º 12/2020, de 2 de Abril* (2020). Aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia Covid-19, a vigorar durante o Estado de Emergência. Boletim da República número 64, I Série, de 2 de Abril de 2020. Publicação Oficial da República de Moçambique.
- Decreto n.º 36/2020, de 2 de Junho* (2020). Aprova as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia Covid-19, a vigorar durante o Estado de Emergência. Boletim da República número 104, I Série, de 2 de Junho de 2020. Publicação Oficial da República de Moçambique.
- Demarzo, M. M. P. & Aquilante, A. G. (2008). Saúde Escolar e Escolas Promotoras de Saúde. *Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade* (vol. 3., pp. 49-76). Porto Alegre: Artmed: Pan-Americana.
- Fernandes, R. & Tavares, S. (2015). Práticas de ensino inclusivas nos espaços educativos (pp.338-349). In A. S. Ribas, D. Maragon, J. F. Matos & N. Pedro, *Ensinar a aprender! O saber da ação pedagógica em prática de ensino inovadoras*. Atas digitais do III Seminário Nacional Investigando Práticas de Ensino em Sala de Aula e I Seminário Internacional de Práticas Pedagógicas Inovadoras. Curitiba: Editora Positivo.
- Ferreira, E. (2009). Gestão de Conflitos e Prevenção da Violência em Meio escolar. Das percepções dos diferentes “actores” às práticas mais correntes em duas escolas do 2o Ciclo do Ensino Básico da Região Centro-Estudos de caso. Universidade Aberta (Tese de Doutoramento, não publicada).
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (2010). *Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique*. UNICEF Publicações. Retirado de <https://www.unicef.org/files.pdf>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2020). *Multidimensional Child: Poverty Report in Mozambique*. Retirado de <https://www.unicef.org/files.pdf>
- Garcia, P F. S. (2015). Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. 08(1),72-87. *Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos*. Retirado de <http://www.uniesp.edu.br/fnsa/revista>
- Godoy A. S. (1995) Pesquisas Qualitativas: Tipos fundamentais. *Revistas de Administração de Empresas*, n 35 (3), 20-29, DOI: [10.1590/s0034-75901995000300004](https://doi.org/10.1590/s0034-75901995000300004)
- Hagemeyer, R. C. de. C. (2004). Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança. *Educar*, n. 24, 67-85. Retirado de <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a04.pdf>
- Horn, M. da G. S. (2004). *Sabores, cores, sons, aromas. A organização de espaços na educação infantil* Porto Alegre: Artmed.

- Johassen, D. H. (2007). *Computadores, Ferramentas Cognitivas - Desenvolver o pensamento crítico nas escolas*. Porto: Porto Editora.
- Jornal Notícias (2020b). *Governo avalia situação da Covid-19 – Persiste incumprimento de medidas de prevenção*, Edição nº. 31.020, de 24 de Junho. Moçambique.
- Jornal Notícias. (2020a). *Aglomerados nos mercados inquietam autoridades*, Edição nº. 31.015, de 18 de Junho. Moçambique.
- Lakatos, E. M. & Marconi M. A. (2003) *Fundamentos de Metodologias Científicas*. Editora Atlas S.A.
- Lamas, E. M. R. (2009). *As potencialidades da Educação digital. Contributos de um percurso profissional – A autobiografia, como referente para a análise do desenvolvimento científico*. Santiago de Compostela: USC.
- Lenoir, Y. et al, (2002). L'intervention éducative: clarifications conceptuelles et enjeux sociaux. Pour une reconceptualisation des pratiques d'intervention en enseignement et en formation à l'enseignement. *Esprit critique*, v. 4 nº 4. Retirado de http://criese.recherche.usherbrooke.ca/Communications/Documents_disponibles/intervention_educative.PDF
- Manzato A. J. & Santos A. B. (2012) *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. Departamento de Ciências de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP, 1-17. Retirado de www.inf.ufsc.br/vera.carmo/Ensino-2012-ELABORAÇÃO-QUETIONARIOS-PESQUISA-QUANTITATIVA.pdf
- Marques, R. A. (2001). *Educar com os pais*. Porto: Ed. Texto Editora.
- Martins, P. M. (2009). *Mediação Escolar- Uma mudança de paradigma*. Instituto de Mediação e Arbitragem em Portugal.
- Marx, K. & Engels, F. (2002). *A ideologia Alemã*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Ministério da Saúde de Moçambique (2020). *Plano Nacional de Preparação e Resposta a Pandemia do Covid-19*. Retirado de https://covid19.ins.gov.mz/wp-content/uploads/2020/03/Plano-de-Mocambique-preparacao-e-resposta-ao-COVID-19_27032020.pdf
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (2020). *Estratégia de reinício das atividades letivas presenciais*. MINEDH, Moçambique.
- Moacir, G. (2004). *Histórias das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ed.Ática.
- Molevade, J.A.C. (2008). *Higiene e segurança nas escolas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Nerica, I.G. (1991). *Introdução à Didática Geral. (Dinâmica da escola)*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura. (2001). *Educação Para Todos: o Compromisso de DAKAR*. Retirado de

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2000_declaracaosobreeducacaoparatodosocompromissodedakar.pdf

Pandemia de coronavírus se acelera na África, alerta OMS (2020). Retirado de <https://veja.abril.com.br/mundo/pandemia-se-acelera-na-africa-alerta-oms/>

Pozo, J. I. (2004). A sociedade da Aprendizagem e o Desafio de Converter Informação em Conhecimento. *Revista Pátio*, pp.24-36. Retirado de <http://www.udemo.org.br/a%20sociedade.pdf>

Presidência da República de Moçambique (2020a). *Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre a Prorrogação do Estado de Emergência, pela terceira vez, no âmbito da Pandemia do Coronavírus – Covid-19.*

Presidência da República Moçambique, (2020b). *Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre a Situação da Pandemia do Corona Vírus – Covid-19, 30 de Março.*

Redin, M. M. (2007). Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In E. Rendin, F. Muller & M. M. Rendin (org.) *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação.

República de Moçambique (2020). Lei nº 1/2020, de 31 de Março - Ratifica a Declaração do Estado de Emergência, constante do Decreto Presidencial nº 11/2020, de 30 de Março. Boletim da República número 62, I Série, de 31 de Março.

Silva, A. M. C. & Machado, C. (2009). Espaços sociopedagógicos dos mediadores socioeducativos: reflexões a partir de um estudo realizado em Portugal. In B. Silva, A. Almeida, A. Barca & M. Peralbo, *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, 274-287. Braga: Universidade do Minho.

Silva, A. M. C. & Moreira, M. A. (Orgs.). (2009). *Formação e Mediação Socioeducativa. Perspectivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores.

Sousa, R. R. & Trindade, R. (2013). *Educação, Sociedade e Culturas. O impacto da saúde escolar na comunidade*, (38),99-116. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Retirado de https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=87845

UNICEF - Moçambique (2020). *Os impactos da Covid-19 nas crianças em Moçambique*. Retirado de

<https://www.unicef.org/mozambique/media/2521/file/Os%20impactos%20da%20COVID-19%20nas%20crian%C3%A7as%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf>

Vasconcellos, C. S. (2000). *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico* n^o9. Libertad. Retirado de

https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/vasconcellos_planejamento2.pdf

Web <http://www.mined.gov.mz>

Werneck, V.R. (2016). Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.14, n^o51, pp.173-196. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio. Retirado de

<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf>

World bank group (2020). *Políticas Educacionais na Pandemia do Covid-19: o que o Brazil Pode Aprender com o Resto Mundo*. Brasil.

World Health Organization. (2019). Ottawa Charter for Health Promotion. *First International Conference on Health Promotion*. Canada: Ottawa. pp. 17-21. Retirado de

<https://core.ac.uk/download/pdf/333548445.pdf>